

Com os melhores cumprimentos,
Carlos Marques da Silva

Carlos
Marques da
Silva

Paleontólogo.

Assistente do
Departamento de
Geologia da Universidade
de Lisboa.

Colaborador do
Museu Nacional de
História Natural da
Universidade de Lisboa.

Sócio do Centro de
Arqueologia de Almada.

A presente crónica
baseada nos princípios
expostos em:

CACHÃO, M. e SILVA, C. M. da
(1999) — "Património
Paleontológico: entidade
autónoma, multidimensional
e pluricentífica". I Seminário
sobre o Património Geológico
Português, IGM, Lisboa,
17-19 de Junho.

CACHÃO, M.; SILVA, C. M. da;
SANTOS, V. F. dos e GALOPH
DE CARVALHO, A. M. (1999) —
"Paleontological Heritage as
a Driving Force for
Geoconservation: the
Portuguese Experience".
III International Symposium
ProGEO, Madrid,
23-25 de Novembro.

SILVA, C. M. da; CACHÃO, M.;
SANTOS, V. F.; SANTOS, A. e
GALOPH DE CARVALHO, A. M.
(1998) — "Património
Paleontológico: Princípios,
Meios e Fins". *Comun. Inst.
Geol. Mineira*, Lisboa,
84(2): G18-G21.

Património Paleontológico Português

É um facto, a Paleontologia está na berra! Nunca na história da ciência nacional, nem mesmo nos tempos do já consagrado Congresso Antropológico de 1880, a Paleontologia alcançou tamanha projecção e tão grande impacto junto dos *media* e do grande público como agora.

Tudo isto se deve, em boa parte, às "estrelas" paleontológicas do momento: os dinossáurios. Mas atenção, não exclusivamente! Paralelamente às muitas actividades envolvendo dinossáurios, inúmeras outras acções de divulgação científica, abrangendo um amplo leque de temas paleontológicos, desde a formação dos fósseis até às extinções em massa, passando por saídas de campo e pela observação de fósseis em contextos urbanos (apenas para referir algumas das realizadas sob o patrocínio do MNHN e do GeoFCUL da Universidade de Lisboa), contribuíram, decisivamente, para despertar e ganhar o público para a Paleontologia.

De resto, nos últimos anos, devido em boa parte (diga-se em abono da justiça) ao sucesso deste movimento paleontológico, temos assistido a um aumento verdadeiramente notável do número de acções de divulgação geológica de âmbito geral. Bom exemplo disso são as actividades realizadas sob os auspícios da "Geologia no Verão", uma iniciativa do Ministério da Ciência e da Tecnologia, em colaboração com os geólogos portugueses, que se realizou este ano pela segunda vez com êxito assinalável.

Mais, presentemente, assiste-se a algo de fundamentalmente novo. A mediatização das descobertas e dos resultados dos estudos de dinossáurios, associada, por outro lado, ao interesse e à popularidade que, de um modo geral, as questões paleontológicas granjearam junto do público, projectaram a Paleontologia nacional, definitivamente, para fora do ambiente universitário confinado e protegido em que desde sempre subsistiu e colocaram-na, para o melhor e para o pior, no centro da atenção e das preocupações do grande público.

Uma das consequências mais positivas desta popularidade (que não surge do nada, mas sim, não é demais lembrar, do esforço e do empenhamento da comunidade paleontológica nacional), é o facto da defesa e conservação do Património Paleontológico (PP) se terem tornado em questões importantes, não apenas para um punhado de paleontólogos e de geólogos, mas para (quase) toda a gente.

O PP nacional encontra-se hoje sob uma pressão crescente, resultado do aumento substancial da procura de informação paleontológica por parte do grande público. Se bem que geralmente positiva e estimulante, esta pressão pode manifestar-se de modo pernicioso, nomeadamente

sob a forma de coleccionismo egoísta, de mercantilismo desenfreado e de um emergente amadorismo inepto em questões de investigação e divulgação paleontológicas. Por outro lado, a crescente consciencialização do público para estas questões determina que, actualmente, exista um forte e salutar movimento a favor da preservação e da valorização de jazidas paleontológicas que, de outro modo, activa (por ex., como resultado de actividades extractivas) ou passivamente (devido a erosão), se perderiam irremediavelmente.

O PP, não obstante apresentar uma ligação imediata, genética e irrefutável, ao registo geológico, ultrapassa, na sua delimitação conceptual e nas suas implicações científicas, educacionais e culturais, os limites estritos do património geológico. Ao integrar entidades geológicas com uma origem biológica pretérita (*i.e.* os fósseis), ou seja, com uma história biogeológica independente, o registo paleontológico torna-se, também, registo (paleo)biológico. Deste modo, o PP, representa, antes de mais, a memória (paleo)biológica do Planeta. Torna-se assim óbvio que o PP extravasa largamente os limites do património geológico, constituindo-se como uma entidade autónoma, multidimensional e pluricentífica.

Para que a salvaguarda do PP (*i.e.* o seu estudo, definição, protecção e valorização) possa ser realizada de modo efectivo, racional e sustentado tem, obrigatoriamente, de se apoiar em três bases fundamentais: investigação científica de qualidade, divulgação científica competente e interveniente junto do grande público e, finalmente, legislação de protecção eficaz. Cada uma destas bases, neste contexto, é igualmente importante e a falha de qualquer uma delas fará perigar todo e qualquer esforço de salvaguarda. Contudo, se analisarmos o estado de cada uma destas bases fundamentais no nosso país concluímos que, em maior ou menor grau, o cenário não é o desejável.

Assim, vejamos qual o panorama da investigação paleontológica em Portugal. No nosso país existem, na melhor das hipóteses, pouco mais de uma trintena de paleontólogos activos, um número manifestamente insuficiente para dar resposta, quer às questões de investigação paleontológica fundamental, quer para dar apoio ao ensino da Paleontologia (a diversos níveis) e à salvaguarda do PP. Por outro lado, actualmente, não existem projectos ou programas de investigação explícita e estritamente focados em temas paleontológicos. A Paleontologia, não obstante a sua popularidade, apenas é contemplada em projectos de investigação de modo indirecto, vendo-se obrigada, para receber financiamento, a camuflar-se em contextos geológicos mais favoráveis.


No domínio da divulgação, apesar do muito que já foi (bem) feito e cujos resultados são evidentes, cabe salientar

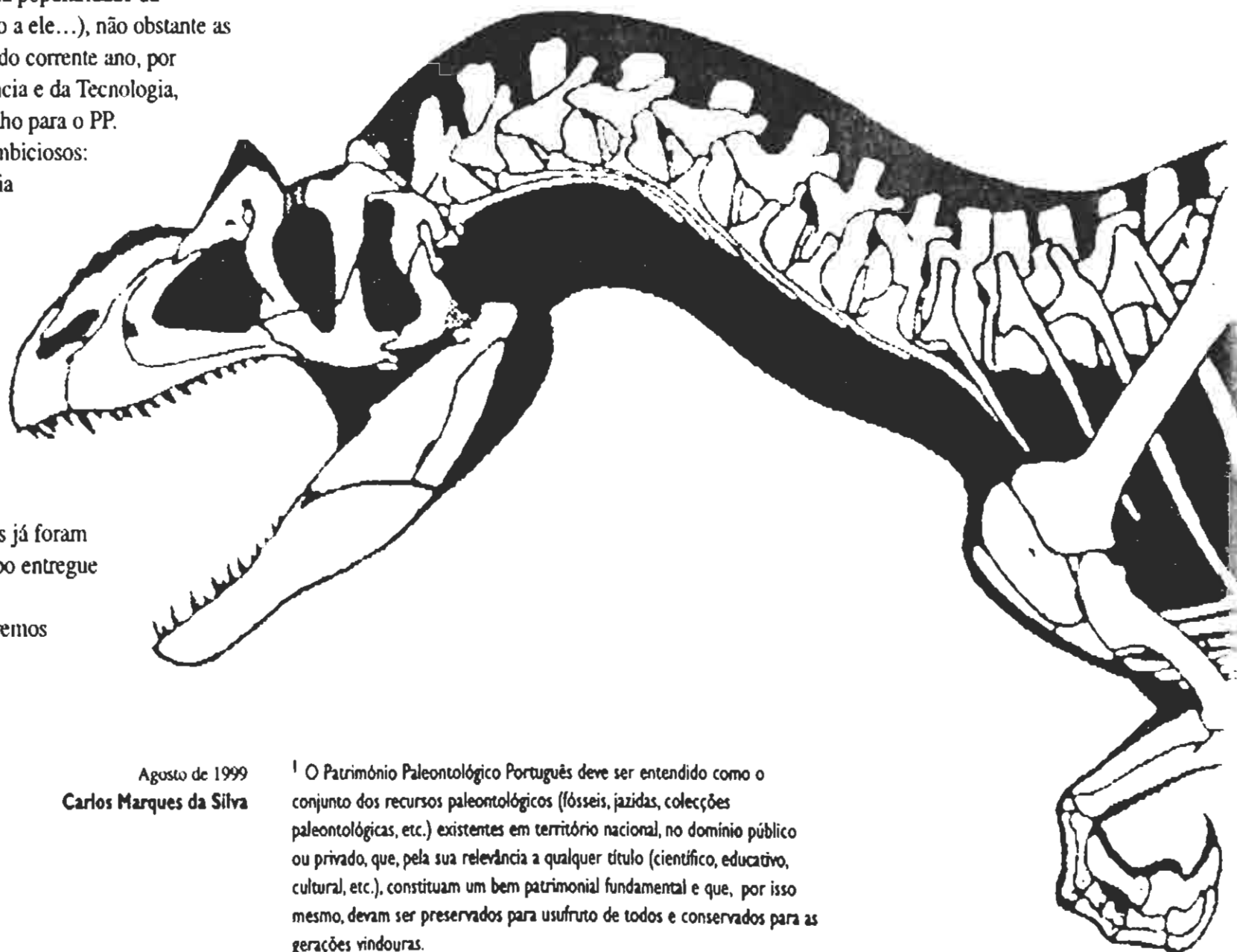
a proliferação de iniciativas de “divulgação paleontológica” de qualidade científica e educacional questionável. Produzidas por indivíduos com pouca ou nenhuma preparação paleontológica estas iniciativas infringem duas regras fundamentais da divulgação da ciência: 1) não existe divulgação científica de qualidade sem um sólido apoio científico de base; 2) não se deve divulgar “gato por lebre”. A divulgação científica, a comunicação da ciência ao grande público, é fundamental. Não podemos perder de vista que a salvaguarda do PP (ou de qualquer outro património) é, basicamente, uma questão de cidadania, de educação e de sensibilização dos cidadãos. É, pois, fundamental fomentar a excelência na divulgação científica.

Por fim, devemos ter presente que a salvaguarda do PP suscita problemas específicos que requerem soluções específicas, inclusive a nível legislativo. A presente ausência de legislação de protecção vulnerabiliza sobremaneira o PP nacional, pois, além de impossibilitar a sua protecção profiláctica (ou mesmo coerciva, se necessário), não providencia qualquer tipo de cobertura legal a acções de emergência. Deste modo, a classificação de jazidas paleontológicas tem ainda de ser levada a cabo, mais uma vez, encapotadamente, recorrendo, por exemplo, à figura de Monumento Natural, cujos critérios de classificação não contemplam, de modo explícito, ocorrências paleontológicas (e nem mesmo geológicas).

É neste contexto de extrema popularidade da Paleontologia (ou, quiçá, devido a ele...), não obstante as suas carências, que, em Março do corrente ano, por iniciativa do Ministério da Ciência e da Tecnologia, foi formado um grupo de trabalho para o PP.

Os seus objectivos eram ambiciosos: avaliar o estado da Paleontologia nacional, analisar as tutelas administrativas e institucionais da investigação e do ensino, diagnosticar as carências a nível científico, material, legislativo e de recursos humanos e, mais importante, propor medidas concretas para as eliminar.

Por esta altura, os trabalhos já foram concluídos e o relatório do grupo entregue ao Ministro Mariano Gago. A iniciativa é louvável; cá estaremos para ver os seus resultados práticos. 



Agosto de 1999
Carlos Marques da Silva

“É um facto, a Paleontologia está na berra [...], em boa parte [devido] às «estrelas» paleontológicas do momento: os dinossáurios.

Mas [...] paralelamente, inúmeras outras acções de divulgação científica [...] contribuíram, decisivamente, para despertar e ganhar o público [...].

O Património Paleontológico encontra-se hoje sob pressão crescente [...]e] para que a [sua] salvaguarda [...] possa ser realizada de modo efectivo, racional e sustentado tem, obrigatoriamente, de se apoiar em três bases fundamentais: investigação científica de qualidade, divulgação científica competente e [...] legislação de protecção eficaz.”

¹ O Património Paleontológico Português deve ser entendido como o conjunto dos recursos paleontológicos (fósseis, jazidas, colecções paleontológicas, etc.) existentes em território nacional, no domínio público ou privado, que, pela sua relevância a qualquer título (científico, educativo, cultural, etc.), constituam um bem patrimonial fundamental e que, por isso mesmo, devam ser preservados para usufruto de todos e conservados para as gerações vindouras.